



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 1/2022

----- Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em reunião ordinária, no Auditório Municipal de Velas, verificando-se a ausência dos seguintes conselheiros: Hélia Fernanda Sousa Santos Amarante cuja falta se encontra justificada. Verificou-se também a ausência dos conselheiros Décio Natálio Almada Pereira, António Laureno Oliveira da Silveira, Ana Teresa Soares e Mónica Gonçalves Jorge cujas faltas foram consideradas injustificadas. -----

----- Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Instalação do Conselho de Ilha; -----

----- Ponto dois: Eleição da Mesa do Conselho de Ilha; -----

----- Ponto três: Outros assuntos. -----

-----Dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal de Velas, Lena Felicidade Pereira Amaral, conforme estabelece o artigo 8º do Decreto Legislativo Regional nº. 21/99/A, de 10 de julho, considerou instalado o Conselho de Ilha de São Jorge, composto por: Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Velas; Hélder Manuel Matos Chaveiro Martins, Presidente da Assembleia Municipal da Calheta; Luís Virgílio de Sousa da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Velas; Décio Natálio Almada Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Calheta; João Paulo Bettencourt Oliveira, Fernandino Bettencourt Simas, Mário José Soares e Renato Luís de Sousa Bettencourt, representantes da Assembleia Municipal de Velas; Ricardo Machado Mariante, Arlindo Manuel Teixeira, Angelina Maria Bettencourt Santos Rocha e Orlando Manuel de Matos Gomes, representantes da Assembleia Municipal da Calheta; Maria Cristina Matos Nascimento e Hélia Fernanda Sousa Santos Amarante, representantes dos movimentos sindicais; João António Barbosa Sequeira e João Leobino de Sousa, representantes das Associações Agrícolas; António Laureno Oliveira da Silveira, representante das associações do sector das pescas; Rita Pinto Madruga e Ana Teresa Soares, representantes do sector empresarial; Roger Leonel Vieira de Sousa, representante do Governo Regional; Paula Borges, Marília Freitas e José Gabriel da Silva Matos, Presidentes de Junta de Freguesia; José Artur da Silva, representante das instituições particulares de solidariedade social; e Mónica Gonçalves Jorge, representante das associações não governamentais ligadas à área do ambiente.

-----Esteve presente na reunião, como convidado, Mário César Lopes Soares Veiros, representante da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge. Dada a importância para o sector empresarial da representação neste Conselho de Ilha da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge, além do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge, foi proposto a participação com direito a voto deste



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 1/2022

convidado, até aprovação de uma revisão ao Regimento atual. A proposta foi consensual entre todos os conselheiros, sendo válida até aprovação da referida revisão.-----

-----Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal de Velas solicitou aos conselheiros a apresentação de listas para a constituição da mesa deste órgão. Tendo sido entregue uma lista, a Presidente da Assembleia Municipal de Velas passou à apresentação da mesma, sendo esta constituída por: Lena Felicidade Pereira Amaral, para Presidente, Hélder Manuel Matos Chaveiro Martins, para Vice-Presidente e, para Secretários a senhora Marília Leonilde de Lemos Regalo e Freitas e o senhor João Paulo Bettencourt Oliveira. -----

-----Procedeu-se à votação da lista apresentada, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada em minuta para imediata excecutoriedade, por maioria com dezassete votos a favor e três votos em branco, tendo os membros eleitos tomado posse no imediato e prosseguido com os trabalhos da reunião. -----

----- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, "Outros Assuntos", a Presidente do Conselho de Ilha referiu considerar fundamental a revisão do regimento do Conselho de Ilha de São Jorge, dado considerar que este apresenta algumas lacunas e se encontra desajustado da realidade da ilha, solicitando a pronuncia dos conselheiros quanto a esta proposta. Inscreveu-se a conselheira Rita Madruga que referiu concordar com a necessidade de revisão deste documento. -----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente do Conselho de Ilha colocou à votação a proposta de iniciar o processo de revisão do regimento do Conselho de Ilha de São Jorge, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade. -----

-----De seguida, foi solicitado pela Presidente do Conselho de Ilha a constituição de uma comissão para realizar a revisão do documento, sugerindo que fosse constituída por si e mais quatro conselheiros. Não havendo quem se pronunciasse contra, foi então solicitado a indicação de voluntários para integrarem a referida comissão. Além da Presidente Lena Amaral, voluntariaram-se os conselheiros Orlando Manuel de Matos Gomes, José Artur da Silva e Ricardo Machado Mariante e Mário César Lopes Soares Veiros. -----

-----A Presidente abriu as inscrições aos conselheiros que pretendessem intervir neste ponto, tendo-se inscrito o conselheiro João Leobino Sousa, representante da Associação de Jovens Agricultores de São Jorge, que afirmou a preocupação desta associação se prendia com o facto dos produtores agrícolas jorgenses já terem sido prejudicados por duas vezes, a primeira na conversão de gado de leite para gado de carne, em que nunca tiveram essa hipótese, e agora com a redução da produção que vai ser apoiada nas outras ilhas e que cá não vão poder beneficiar.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 1/2022

Com a subida dos custos da produção, os produtores agrícolas estão a deixar de ordenhar, adquirindo depois quotas de vacas aleitantes em outras ilhas. Disse ser importante não perder o valor dos subsídios atribuídos aos produtores agrícolas da ilha, pois tem conhecimento que no ano passado foram ordenhadas menos trezentas vacas, com um subsídio de cento e noventa euros atribuído a cada animal, são menos cinquenta e sete mil euros que são entregues em São Jorge para vacas leiteiras. Afirmou que a justificação dada para São Jorge não beneficiar do apoio para redução da produção é por necessitarem do leite produzido, contudo, considera que os produtores Jorgenses não podem ser prejudicados face aos restantes produtores açorianos. -----

-----Inscreveu-se o conselheiro João Paulo Oliveira que realçou, uma vez mais, a problemática dos transportes, reafirmando que São Jorge é sempre desfavorecido no que respeita a transportes, o que foi ainda mais destacado na atual greve da Atlanticoline. São Jorge, ao contrário do Pico, teve apenas direito a uma viagem diária, realizada sempre de manhã, não atendendo às necessidades dos jorgenses que trabalham no Pico e dos estudantes da EPISJ, que não conseguem passar o fim de semana em casa. -----

-----Ainda nesta temática, disse que foi feita a ampliação do cais comercial em Velas, mas que continua a não ser possível operar, em simultâneo, o navio de contentores e o barco de tráfego local, causando diversos constrangimentos. -----

-----Inscreveu-se o senhor Mário Veiros que, relativamente à greve da Atlanticoline, disse ter indicação que se poderia prolongar até ao Verão, considerando que esta preocupação deverá ser manifestada pelo Conselho de Ilha de São Jorge, considerando os danos causados aos jorgenses. Em relação à acostagem em simultâneo dos dois barcos mencionados pelo conselheiro João Paulo Oliveira, referiu ter abordado esse assunto numa reunião com o Presidente da Portos dos Açores e que obteve como resposta que tal não era possível por questões de segurança. Concorda que é necessário continuar a reforçar essa intenção de uso da rampa RO-RO em caso de acostagem simultânea do navio de contentores e do barco de tráfego local. -----

-----Acrescentou ainda que, na referida reunião, quanto ao Porto da Calheta, foi solicitado ao Presidente do Governo Regional dos Açores que os estudos e projetos anunciados fossem disponibilizados publicamente para análise e discussão, assunto que considera também carecer de reforço deste órgão para a sua concretização. -----

-----Concluiu mencionando, quanto ao fim dos encaminhamentos gratuitos, que a medida prejudica gravemente a ilha, considerando incompreensível que a Região, com os impostos dos açorianos, promova o destino Açores em ligações da Europa e América do Norte que chegam a São Miguel e



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 1/2022

Terceira, mas depois não faça igual investimento para permitir que esses turistas cheguem às restantes ilhas. Defendeu que esse investimento deverá ser uma reivindicação do Conselho de Ilha.

----Inscreveu-se o conselheiro Orlando Gomes que deixou a ressalva quanto à greve da Atlanticoline, de que os serviços mínimos foram impostos por um tribunal arbitral e que se se pretende mudar a forma como estão a ser garantidos os serviços mínimos, o Conselho de Ilha deveria tentar dialogar junto das duas partes em litígio, o sindicato e a empresa. -----

----Inscreveu-se a conselheira Paula Borges que referiu que o fim dos encaminhamentos gratuitos foi prejudicial para as ilhas pequenas. Mencionou que para vir para São Jorge, uma pessoa paga cinquenta euros numa viagem em low cost mas para chegar a São Jorge paga trezentos euros. Defende que quem venha de férias aos Açores acaba por ficar na Terceira ou em São Miguel, não chegando a São Jorge o mesmo número de turistas que chegava através dos encaminhamentos gratuitos. -----

----Em relação ao anúncio feito pelo Governo dos Açores para apoio à redução da produção de leite, disse não perceber o porquê da ilha de São Jorge não ser contemplada, mas as ilhas de São Miguel, Terceira e Graciosa serem abrangidas. -----

----Transmitiu também a sua preocupação quanto ao estacionamento junto ao Centro de Saúde da Calheta, reconhecendo que estamos numa situação atípica por conta da covid-19 dado que a testagem é feita neste espaço, mas que esta era uma situação já antes identificada. Considera ser fundamental equacionar possíveis soluções, recorrendo aos espaços verdes envolventes ao edifício ou à estrada regional. -----

----Retomou a palavra o conselheiro Orlando Gomes que reconheceu a problemática situação do estacionamento do Centro de Saúde da Calheta, mas que ao Conselho de Ilha caberia apenas reforçar a necessidade de encontrar uma solução junto do Governo dos Açores, proprietário do edifício, por forma a evitar que os utentes continuem a ser multados quando precisam deslocar-se a esta unidade de saúde e não têm estacionamento disponível. -----

---- E nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de ilha deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei. -----

A Presidente da reunião:

Os Secretários da reunião: